

Subimperialismo, IIRSA e o aprofundamento das desigualdades socioambientais

Sub-imperialism, IIRSA and the deepening socio-environmental inequalities

Matheus Teixeira Barreto*



Resumo

Os povos sul-americanos vêm sofrendo historicamente com diversos ataques, passando por genocídios, etnocídios e negação dos direitos humanos e do vir-a-ser. Ao longo dessa história, quase sempre quem foi o invasor foram agentes externos hegemônicos, vide Espanha, Portugal e Estados Unidos. Assim, o que surpreende e quase nunca se espera é que esses ataques sejam realizados pelos seus pares e “irmãos”. Diante disso, este trabalho busca demonstrar como as desigualdades socioambientais vêm aumentando devido à ação de novos agentes, não aqueles já conhecidos, mas um que também sofre com a dependência e o subdesenvolvimento, o Brasil. Argumenta-se que o país foi subimperialista (MARINI, 1974) no início do século XXI, baseando-se em dois grandes grupos de agentes, o BNDES e as mega empreiteiras de construção. Salienta-se que o processo acabou por aprofundar as desigualdades socioambientais e acelerar a acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). Todo esse processo, tendo como justificativa os projetos de integração regional, concebidos e realizados pelo Brasil, cria planos que não integram, mas, sim, entregam a região ao capital internacional. O enfoque do texto está na IIRSA, que levou ao fim territórios ainda mais reprimarizados e commodificados. Buscar-se-á adotar uma metodologia transescalar (VAINER, 2002) ao longo do artigo para ilustrar mais e melhor todo o processo.

Palavras-chave: subimperialismo; acumulação por espoliação; integração regional; IIRSA.

Abstract

South American people have historically suffered from various attacks, including genocide, ethnocide and denial of human rights. Throughout history, the invader has often been an external agent, like Spain, Portugal and the United States. Thus, what is surprising and almost never expected is that these attacks are carried out by their peers and “brothers”. In front of this situation, the research below shows how socio-environmental inequalities occur due to the action of new agents, not the ones we already know, but one who also suffers from dependence and underdevelopment, Brazil. It is argued that the country was sub-imperialist (MARINI, 1974) in the beginning of the 21st century, based on two large groups of agents, the BNDES and the mega construction contractors. It should be noted that the process ended up deepening socio-environmental inequalities and rising the accumulation by dispossession (HARVEY, 2004). The entire process is justified by the regional integration projects, conceived and carried out by Brazil, plans that do not integrate, but rather deliver the region to the international capital. The focus of the text is in IIRSA, which led to even more reprimarized and commodified territories. The article will be based on a trans scale method (VAINER, 2002) in order to better illustrate better the entire process.

Keywords: sub-imperialism; accumulation by dispossession; regional integration; IIRSA.

Introdução

No início do século XXI, o Brasil ganhou destaque no cenário internacional devido a uma série de fatores, dentre eles, possuir altos índices de crescimento econômico, aumentar as suas exportações e se colocar como protagonista internacional, ao integrar os BRICS[1] e ao buscar uma cadeira permanente no CSNU[2]. Há de se pensar as maneiras pelas quais o país adquiriu esse destaque, ainda mais forte no contexto sul-americano. Para nós, o Brasil, durante os anos dos governos petistas[3], havia se consolidado novamente como potência subimperialista, ganhando proporções ainda maiores em comparação a outros períodos devido à emergência e ao crescimento que os projetos de integração infraestrutural ganharam neste contexto, principalmente a IIRSA[4]. Isso nos faz defender a tese de que a IIRSA potencializou a consolidação da onda subimperialista brasileira no início dos anos 2000 ao aumentar o poder de alguns agentes brasileiros, o que aprofundou as desigualdades socioambientais no contexto sul-americano ao reforçar o papel subalterno da região na divisão internacional do trabalho como fonte de matérias primas.

Partindo-se dessas observações lançamos mão de algumas questões que buscaremos responder ao longo do artigo: Como se consolidou a posição do Brasil naquela época como subimperialista? Qual o papel desenvolvido pelos projetos infraestruturais? Como se relacionam a IIRSA e o governo brasileiro perante as questões socioambientais na América do Sul?

Importante para compreender toda a argumentação a ser desenvolvida, valeremos de um conceito essencial, subimperialismo. A categoria foi proposta por Ruy Mauro Marini para a condição brasileira pós golpe de 1964, entendendo-a como “a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (MARINI, 1974, p. 31). O autor parte do imperialismo, exaustivamente discutido por teóricos da II Internacional como Lênin e Rosa Luxemburgo (LUCE, 2011), e apresenta tal marcação temporal devido ao novo contexto na divisão internacional do trabalho.

Além disso, trabalhar-se-ão os projetos de integração regional como instrumento pelo qual o fenômeno subimperialista se consolida, com enfoque na IIRSA, que posteriormente se tornaria COSIPLAN[5]. Destacamos a sua importância para a

perpetuação do papel subserviente que a América do Sul tem tido desde a colonização ao reforçar a reprimarização[6] e a commodificação[7] da economia local no entorno de matérias primas e assim aumentando e aprofundando as desigualdades socioambientais regionais. Ademais, nota-se a importância de se adotar uma metodologia transescalar (VAINER, 2002), tendo em vista que “qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2002, p. 25), adentrando numa ótica local, regional, nacional e global, aprofundando e trazendo para o debate os diversos interesses, agentes e conflitos em tais projetos.

Desse modo, o artigo terá como objetivo compreender o fenômeno subimperialista brasileiro, identificando os seus principais aspectos; discutir a potência dos projetos infraestruturais em (re) produzir padrões de acumulação que aprofundam a dependência e as diversas desigualdades e relacionar os diferentes agentes e suas escalas de atuação no processo de produção do espaço, enfocando no governo brasileiro e na IIRSA.

O texto se estrutura em três partes, além dessa introdução. Na primeira parte, discutiremos o que é subimperialismo, seus aspectos e seus agentes. Num segundo momento, trataremos dos projetos de integração regional, enfocando na IIRSA, sua concepção, seu desenvolvimento, outros planos internos e consequências locais. Por último, teremos as considerações finais.

Imperialismo dependente: Subimperialismo?

Para iniciar a discussão há de se trazer um pouco do que veio anteriormente ao subimperialismo para podermos destrinchá-lo mais e melhor. Assim, Ruy Mauro Marini alicerça seu pensamento em alguns pensadores marxistas do fim do século XIX e início do XX e traz novas abordagens. Tais pensadores destacam alguns elementos mais que outros na sua linha de pensamento sobre o imperialismo, como a fusão do capital bancário com o capital industrial de Lênin, a exportação de capitais de Hilferding, ou a dissolução de formações sociais comunitárias de Luxemburgo (LUCE, 2011). Apesar disso, todos tenham em comum acordo “a ideia de Marx ([1867] 2013) de que a livre concorrência leva a uma maior concentração e centralização do capital, dando origem, em

determinado ponto de seu desenvolvimento, aos monopólios na economia mundial.” (*apud* LIMA, 2018, p. 82). Portanto, a chegada à etapa dos monopólios e do capital financeiro, confirma o fato de que o imperialismo seria uma das possíveis consequências do desenvolvimento capitalista (LUCE, 2007). Além disso, a entrada nessa fase faz com que emergja uma característica essencial na posição imperialista, a exportação de capitais (LIMA, 2018). A busca por novos locais para acumulação faz com que os bancos e as empresas desses países busquem outros locais para a realização da reprodução ampliada de capital, com uma extração ainda maior de mais-valia, fornecendo empréstimos, financiamentos e linhas de créditos a outrem, que na maioria dos casos serão os países dependentes. Isso indica que o objetivo das nações imperialistas é estender sobre todo o mundo os processos de concentração e centralização de capitais (LUCE, 2011), integrando os sistemas de produção.

Nota-se que esse processo de integração ocorre de modo desigual, na realidade há uma partilha territorial desigual do mundo, pelo qual empresas e países centrais assumem o papel de imperialistas ao dominar certas regiões (LIMA, 2016). Contudo, observa-se que ao longo da expansão e da aceleração da circulação do capital ocorre uma mudança do simples modelo de centro-periferia. Observamos uma complexificação do modelo, onde há um rearranjo de forças em forma piramidal, que faz com que surjam centros médios de acumulação a partir do deslocamento de indústrias do Norte para o Sul global, ou seja, potências capitalistas médias industrializadas. Justamente essa ruptura traria a emergência do subimperialismo que seria “a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (MARINI, 1974, p. 31).

No século XXI algumas mudanças ocorreram, há uma perda na importância da transferência da indústria para os países periféricos e um aumento na especialização produtiva ali. Isso formaria um novo *modus operandi* do imperialismo, que se traduziria na ideia de acumulação por espoliação de Harvey (2004), sendo a

[...] mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às

terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais, imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxaço, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2004, p. 121).

O que Harvey (2004) traz é mister para discutirmos o aprofundamento das desigualdades socioambientais que vêm ocorrendo na América do Sul. Logo, a ideia de acumulação por espoliação baseia-se na de acumulação primitiva de Marx (BOHM; MISOCZKY; MOOG, 2012), sendo aquela a prática constante e contínua dessa, que “não seria momento original, mas uma contínua força da geografia e história de acumulação do capital, no qual o Estado tem papel crucial” (GARCIA, 2012, p. 221). Apropriando-se de aspectos “não-capitalistas” da vida e do meio ambiente (BOND, 2013), buscam-se novos territórios, setores e domínios que ainda não foram incorporados na sua circulação (BOHM; MISOCZKY; MOOG, 2012), nos quais não existe um imperialismo *per se*, “mas uma série de práticas imperialistas dispersas através de uma geografia desigual de distribuição do excedente de capital” (GARCIA, 2012, p. 224). Argumentamos que, para que se aprofundasse a acumulação por espoliação na América do Sul, foi necessária a consolidação do subimperialismo brasileiro, não necessariamente um após o outro, e sim, em um processo dialético.

Temos, então, que subimperialismo é simultaneamente um nível hierárquico e uma etapa do capitalismo dependente, fenômeno de apropriação de valores de uso, transformando-os em valores de troca e simultaneamente transferindo-os para os centros imperialistas. Isso faz com que as contradições do capitalismo dependente se desloquem para as nações mais débeis, no intuito de assegurar a reprodução ampliada de capital e mitigar alguns efeitos da dependência, sem questioná-los, mas buscando maior autonomia relativa (LUCE, 2014, p. 46).

Por conseguinte, faz-se necessário pensar os fatores que são a base do subimperialismo, sendo eles: a elevação da composição orgânica média do capital, a cooperação antagônica, a política de hegemonia regional e o esquema tripartite (Estado, mercado externo e consumo suntuário). Desse modo, a composição

orgânica média seria a relação entre capital constante e capital variável e a sua elevação seria o aumento do primeiro em relação ao segundo. Esse processo se dá por meio das crises de superacumulação do próprio capital, nas quais há um excesso de capital em relação à oportunidade de ele ser empregado, sendo que para solucionar tal contradição ocorre um ajuste espacial (HARVEY, 2005) do capital, um deslocamento da produção para mercados deficientes em bens que o centro produz. Ou, na nossa visão, de um país subimperialista para outro mais débil. Como traz a citação de Marx em Leal (2015)

Se se envia capital para o exterior, isso não ocorre porque ele não poderia ser empregado no próprio país. Ocorre porque ele pode ser empregado no exterior a uma taxa de lucro mais elevada. Esse capital é, porém, um capital absolutamente excedente para a população trabalhadora ocupada e para o dado país em geral. Ele existe como tal ao lado da superpopulação relativa, e esse é um exemplo de como ambos existem um ao lado do outro e se condicionam reciprocamente (Marx, 1988, IV, p. 184 *apud* Leal, 2015, p. 34)

Ao observar o subimperialismo, temos que os países considerados periféricos tentarão obter maiores taxas de mais-valia ao deslocarem os seus capitais para nações ainda mais débeis. Ou seja, para solucionar a crise de superacumulação ocorrida no Brasil, as empresas se deslocaram, principalmente, para outros países da América do Sul.

Além disso, temos a cooperação antagônica, conceito primeiramente elaborado por August Thalleimer para explicar a unidade e a contradição das nações europeias pós 1945 (LIMA, 2018) e apreendido por Marini para o capitalismo dependente, no qual a cooperação antagônica seria a relação de um país com o imperialismo dominante, o que possibilita uma maior barganha do subimperialista em relação ao imperialista na busca por melhores condições dentro de sua subordinação. Cabe ressaltar que essas tentativas de ganhos e o próprio subimperialismo não são um fenômeno estático, e sim, de marés, ou seja, podem estar de ressaca, com ondas super fortes chegando à costa, ou em calmaria, mar mais calmo e com poucas ondas. A partir da nossa analogia, pensamos que durante os governos petistas houve um subimperialismo de ressaca, isto é, o fenômeno subimperialista em ascensão. Isso se difere da situação pós golpe de 2016[8], pode-se dizer, subimperialismo em calmaria, tendo em vista a

maior subserviência brasileira ao imperialismo nestes governos, principalmente ao estadunidense. Nota-se que a ocorrência ou não do subimperialismo depende de uma variedade de acontecimentos. Aqui, trataremos apenas de alguns deles.

Um fator fundamental para esse debate é a política de hegemonia regional, que é a busca pela dominação regional feita pelo Brasil, principalmente na América do Sul. Como traz Luce (2007)

[...] para afirmar e manter sua condição hegemônica, um Estado N deve suplantar o poder rival regional e garantir o controle de esferas de influência no interior do espaço do subsistema. Ao mesmo tempo, tem de se deparar com as potências dominantes que controlam o sistema regional mais amplo no qual o subsistema está contido. Uma vez que as potências dominantes apresentam-se como poderes externos intrusivos no espaço onde uma potência média pode vir a exercer uma política expansionista, a última deverá ganhar terreno sobre as primeiras a fim de conquistar uma situação de hegemonia no subsistema. (LUCE, 2007, p.24)

Há de se notar que a busca por hegemonia regional está contida numa série de ideias, dentre elas a do destino manifesto que uniria o Brasil a outros países sul-americanos, baseado nos elementos de similitude histórica e dando legitimidade as ações brasileiras. Destino, esse, que se assemelha claramente com a ideia estadunidense.

Os últimos fatores para a constituição do fenômeno subimperialista se encontram dentro do esquema tripartite de realização do capital, composto por Estado, mercado consumidor e consumo suntuário. Acreditamos numa perda de notoriedade em dois desses três aspectos, mercado consumidor e consumo suntuário, tendo em vista que o subimperialismo se realiza pelo fato de que não há mercado para consumir produtos de maior valor agregado nacionalmente e pela queda da indústria manufatureira no contexto geral. Isso acontece por um deslocamento da fase da circulação para a fase da produção, em que as empresas brasileiras não conseguem mais novas oportunidades para investimento no mercado interno (BOHM; MISOCZKY; MOOG, 2012). Em suma, focaremos mais no papel do Estado e dos seus agentes para delinear mais e melhor como se consolidou a posição subimperialista brasileira durante o período analisado.

Tem-se a ideia de que o Estado brasileiro foi o grande braço financeiro para as operações subimperialistas, partindo-se da ideia de Bukhárin de que o Estado seria um *truste capitalista nacional*, um

agente organizador da produção através do peso de sua participação no investimento bruto fixo e, sua presença como agente da realização do capital através de sua ação como promotor de demanda e provedor de subsídios em benefício de determinados ramos econômicos. (LUCE, 2011, p. 91).

Para promover a reprodução capitalista e beneficiar determinados agentes, o Brasil utilizou largamente do BNDES[9]. Isso se deu a partir do crescimento do poder do BNDES ao longo dos anos. O banco, que surgiu em 1952, nunca havia experimentado um engrandecimento tão forte como nos governos petistas. Isso pode ser demonstrado pelo seu processo de internacionalização que vinha sendo planejado desde 2007, alicerçando-se em 2009 com a abertura de um escritório em Montevidéu (Uruguai), e posteriormente com aberturas em Londres (Inglaterra) e Joanesburgo (África do Sul), numa estratégia que consolidaria a hegemonia regional brasileira, partindo-se de duas linhas de pensamento:

i) a abertura de uma representação na América do Sul, fortalecendo a ação institucional do BNDES e consolidando parcerias com outras instituições financeiras e agências de fomento no apoio a projetos voltados à integração regional; e ii) a constituição de agências e/ou subsidiárias no exterior, para permitir a estruturação de novas operações de captação e aplicação de recursos, e alavancar tanto as exportações quanto a internacionalização das empresas brasileiras. (GUIMARÃES *et al*, 2014, p. 77)

Perante as estratégias de internacionalização, é necessário notar dois pontos no que tange o papel exercido pelo BNDES. O primeiro estaria no fato de que os montantes de crédito estavam especialmente direcionados para a América Latina, respondendo por 37% das operações do banco (GUIMARÃES *et al*, 2014). O outro estaria no fato de que os maiores recebedores de crédito seriam as mega construtoras brasileiras[10], sendo que cinco empresas concentraram 92% do valor total de crédito

disponibilizado entre 2009 e o primeiro trimestre de 2015 e que quatro delas são construtoras[11] (FRANCISCANGELIS, 2015). Isso fica ainda mais nítido quando observamos que a quinta maior tomadora de recursos da história do BNDES seria a Construtora Norberto Odebrecht, com aproximadamente 15 bilhões de reais (BNDES, 2020). Essa política do banco pautava-se na ideia de *campeões nacionais*, promovendo e financiando a expansão de certos conglomerados, o que fortaleceu empresas que já possuíam grandes vantagens comparativas (ALMEIDA, 2009) e “assumiu novas formas no novo padrão exportador de especialização produtiva.” (LUCE, 2014, p. 59).

Isso lança luz sobre os processos em que o Brasil se envolveu durante o período. Demonstra-se que na escala nacional o país fortaleceu seus agentes, financiando-os pelo BNDES, o que fez emergir as mega empreiteiras para confirmar sua posição subimperialista, realizando obras com marcas do desenvolvimento brasileiro e construindo, majoritariamente, rodovias e usinas hidrelétricas (CAMPOS, 2010), sendo que 43% dos contratos dessas empresas se localizavam na América do Sul (CAMPOS, 2014). Desse modo, o país se utilizou da premissa de problemas infraestruturais na escala regional para facilitar a entrada do capital nacional e internacional.

Integrar para entregar

A expansão das grandes construtoras brasileiras não se deu sem motivos. As razões pelas quais elas ingressaram mais facilmente nos países da América do Sul está no grande projeto de integração infraestrutural regional, a IIRSA.

Basicamente ela trata da construção e da modernização da infraestrutura na América do Sul. Configura-se por eixos de integração e de desenvolvimento econômico e social que almejam superar as dificuldades geográficas, como a floresta tropical e as regiões montanhosas e facilitar o acesso aos mercados internacionais por meio da conexão entre os dois oceanos, Pacífico e Atlântico. Há de se notar a importância que o Pacífico ganha perante todo o processo, justamente, pelo aumento da dinamicidade dos fluxos econômicos internacionais estarem ali (OLIVEIRA; GONÇALVES; RAMOS FILHO, 2013), devido à emergência de países como a China.

Nota-se que os interesses brasileiros em integrar

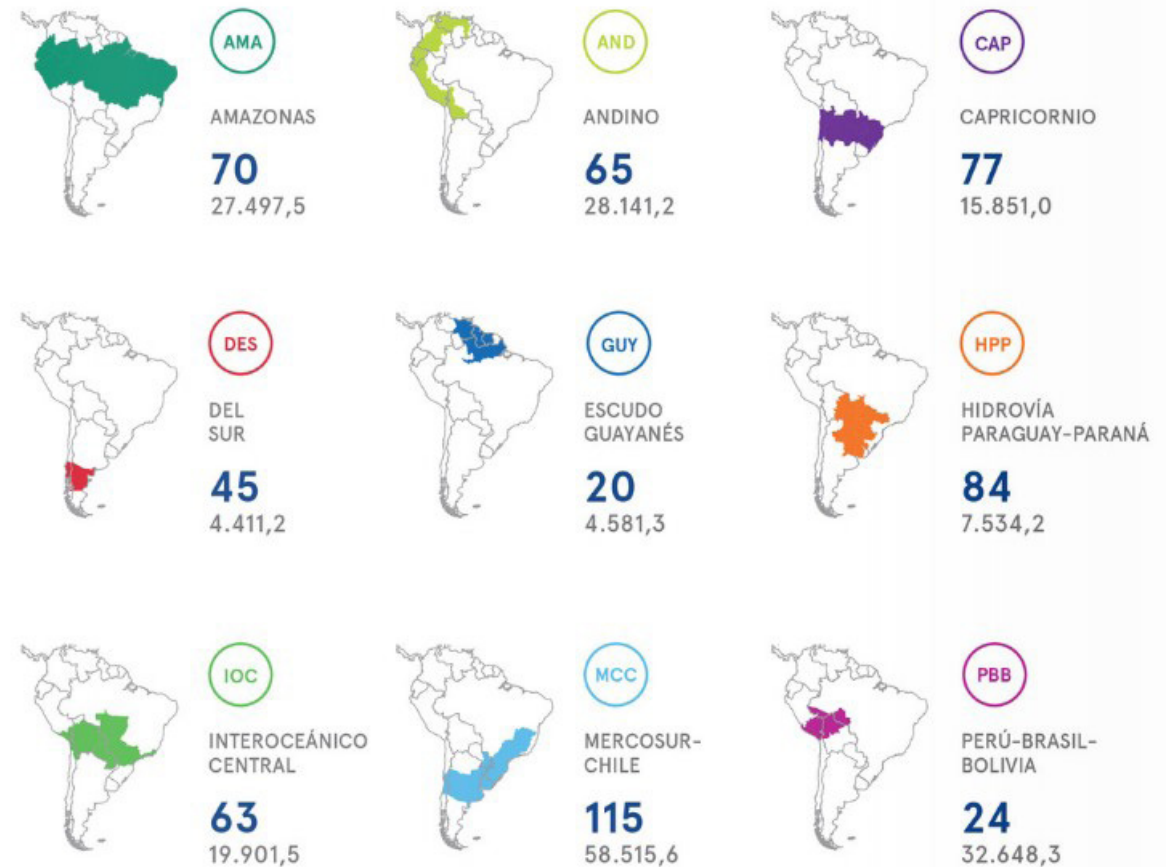
infraestruturalmente a região, na verdade, são antigos, desde Euclides da Cunha já havia esse apontamento (BORGES;AYMARA, 2015). Todavia, foi somente nos anos 1990 que essa idealização se consolida de modo concreto, primeiramente com o estudo de Eliézer Batista da Silva, denominado “Infraestructure for sustainable development and integration of South America”, de 1996, voltado aos interesses da Corporação Andina de Fomento (CAF), da Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale), do “Business Council for Sustainable Development in Latin America”, do Bank of America e da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração; e depois com o Estudo sobre Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), em 1997, promovido pela empresa de consultoria Booz Allen, contratada pelo BNDES, tendo, entre outros interessados, o Ministério do Planejamento, o banco ABN Amro e a multinacional estadunidense Bechtel (PORTO GONÇALVES, 2011 *apud* LIMA, 2018, p. 50-51).

A partir da produção dos primeiros projetos, percebe-se a ligação da IIRSA com os pensamentos do capital internacional que “reflete na constituição dos EIDs[12] e na finalidade de grande parte dos projetos da iniciativa, que é o de potencializar o fluxo de comércio regional, principalmente através da melhoria de acesso aos portos por meio dos corredores bi oceânicos” (PESSANHA, 2018, p. 48). Então, notam-se dois pontos. Primeiro, na escala global, o interesse do capital internacional em adentrar ainda mais na região. Segundo, na escala regional, o protagonismo e o pioneirismo brasileiro na produção de conhecimento técnico sobre o assunto, visando a sua projeção externa (OLIVEIRA; GONÇALVES; RAMOS FILHO, 2013), subimperialista.

Seguindo essa lógica, o maior beneficiário da consolidação da IIRSA seria o próprio Brasil, que pensou e planejou o projeto, e os agentes internacionais, que teriam mais fácil acesso aos produtos regionais. Assim, a construção de um sistema integrado de logística garantiria a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, a incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global e a criação de condições para a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul (VERDUM, 2007, p. 21). Contudo, foi somente em 2000 que a proposta se consolidou, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso, na I Cúpula Sul-Americana em Brasília, introduziu-a. Já em 2002, na II Cúpula, em Guayaquil, no Equador, que o Brasil reforçaria o seu apoio à IIRSA (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015).

Figura 01: Eixos de Integração e Desenvolvimento IIRSA/COSIPLAN. Fonte: COSIPLAN, 2017, p. 69

O projeto se baseava nos EIDs, sendo que cada eixo concentraria fluxos de comércios atuais e potenciais para promover o desenvolvimento econômico, tendo sido propostos, inicialmente, 12, mas que hoje se encontram em 9 (COSIPLAN, 2017), sendo eles o Eixo Amazonas, Andino, Capricórnio, Do Sul, Escudos das Guianas, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central, Mercosul-Chile e Peru-Brasil-Bolívia, como pode ser visto na Figura 01. Percebe-se que três deles perpassam a região amazônica, o que demonstra os interesses em adentrar territórios ainda pouco explorados e com grande potencial econômico, mas que ainda preservam a vida cotidiana de povos nativos e tradicionais e relações socioambientais singulares.



É essencial entender o que os eixos representam enquanto possibilidades de expansão da produção e da circulação de bens e serviços. A partir de Pessanha (2018), concluímos que há uma predominância de artigos primários e commodities como principais produtos de exportação em todos os eixos, como minerais, soja, petróleo cru e carne de gado bovino. Isto é, a consolidação dos eixos representaria um aprofundamento da especialização produtiva das regiões, reprimarizando e commodificando ainda mais a economia sul-americana, sendo a nova face do subimperialismo. Isso confirma a nossa ideia de que os projetos de integração servem para entregar às empresas de capital internacional a região, aprofundando a dependência e as desigualdades, ao especializá-la em produtos de baixo valor agregado e com altas taxas de contaminação, poluição e destruição socioambiental.

Não podemos deixar de mencionar as mudanças institucionais relativas a IIRSA, que a partir de 2008 estaria vinculada a UNASUL[13] e se tornou COSIPLAN[14]. Importante ressaltar que apesar da IIRSA, o governo brasileiro pouco atuou por meio dela, mas mais fortemente por fora da sua agenda (HONÓRIO, 2013), o que acentuou as relações bilaterais do Brasil com os países sul-americanos (NEVES, 2018). Assim, “a IIRSA teria servido como uma plataforma inicial na qual o BNDES pode agir e crescer posteriormente fora dela, favorecendo as empreiteiras brasileiras no que se refere à construção da infraestrutura regional” (NEVES, 2018, p. 342). Isso pode ser demonstrado pelo fato de que “foram mais de 300 obras financiadas pelo BNDES na região, e diretamente na IIRSA somente participou de 2 projetos” (NEVES, 2018, p. 329), o que faz pensar que o banco estaria “atuando em favor das demandas nacionais de suas elites” (NEVES, 2018, p. 329). Por conseguinte, podemos imaginar que a grande preocupação do governo brasileiro não estava com a iniciativa em si, porém, com a maneira que ela poderia ajudar para uma maior abertura dos países para o capital nacional.

Ao passo que a IIRSA/COSIPLAN vinha se consolidando na América do Sul, não podemos esquecer que internamente o Brasil também planejava e produzia “melhorias” na infraestrutura nacional. O projeto interno brasileiro seria o PAC[15], lançado oficialmente em 2008 pelo governo Lula (PT)[16]. Ele buscava ser a solução para uma série de problemas, carências e deficiências na infraestrutura brasileira, que se mostravam como obstáculos ao “desenvolvimento”. O PAC, “tendo como objetivos eliminar os principais gargalos que poderiam restringir o crescimento

da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais (Brasil, 2007b).” (apud AMARAL, 2013, p. 40), pareceu ser o remédio para diferentes e extensos males.

Ademais, é mister entender a ligação entre os dois planos, IIRSA/COSIPLAN e PAC. Basicamente, o segundo seria o plano interno do primeiro, tendo em vista que “a escolha das obras que vão entrar na IIRSA pelo Brasil foi feita baseada nos planejamentos setoriais anteriores do Ministério do Planejamento” (HONÓRIO, 2013, p. 104). A interconectividade entre os megaprojetos previstos nos planos é essencial, basta ver que, dos “projetos previstos na IIRSA para implantação no Brasil, 41,86% são os mesmos existentes na carteira de projetos do PAC” (OLIVEIRA; GONÇALVES; RAMOS FILHO, 2013, p. 290). Isso confirma as expectativas que o país tinha em relação a como atuar em cada uma das escalas, regionalmente, por meio da IIRSA, e nacionalmente, do PAC.

Em vista do que já foi debatido, é de se perceber que existem duas grandes visões em relação aos projetos de integração regional. A primeira defende que a infraestrutura por si só já traria desenvolvimento, garantindo a possibilidade de maiores fluxos econômicos e a geração de riqueza e combatendo o “isolacionismo” de determinadas regiões contra as assimetrias regionais (PESSANHA, 2018). Essa seria uma visão simplista que reforça a ideia de que o subdesenvolvimento ocorre pela simples falta de infraestrutura ou de interconexões. A outra visão seria a ideia de que a infraestrutura é um produto com certa intencionalidade (PESSANHA, 2018). Assim, cada intencionalidade trará determinadas consequências, e se pensarmos que a racionalidade vigente possui características economicistas e deterministas, nota-se que as demandas populares serão, no mínimo, esquecidas.

A partir dessa visão economicista e determinista, destaca-se que os entraves que são colocados ao desenvolvimento devem ser removidos. Então, deve-se pensar quem/quais são esses entraves que devem ser transpostos. Reparemos que eles não são somente a floresta tropical ou os Andes, mas, sim, as legislações trabalhistas, ambientais, educacionais e os povos e os movimentos sociais e ambientais que se opuseram a eles. Isso nos faz pensar que a IIRSA e o PAC estariam reforçando o autoritarismo na tomada de decisões e a ideia dos países sul-americanos como monoexportadores de produtos primários,

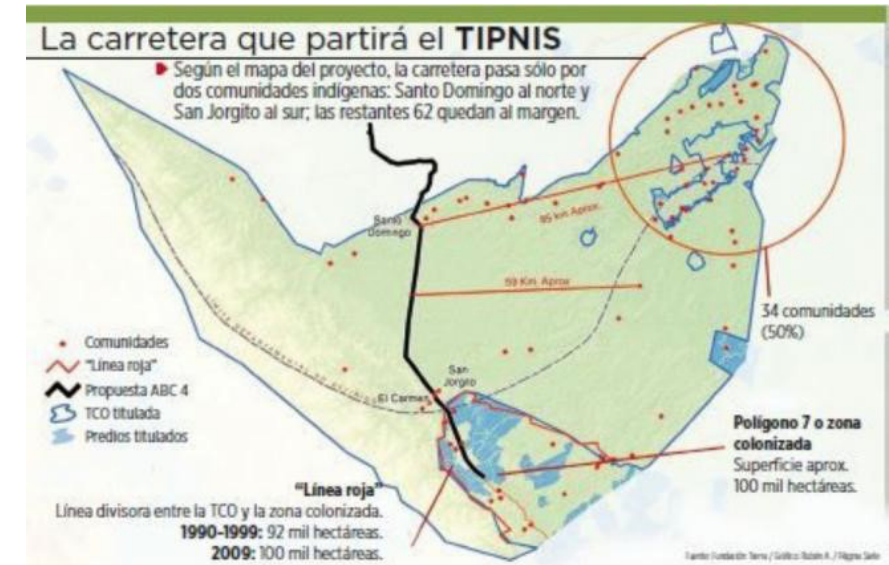
sem se desligarem da dependência econômica (LIMA, 2018). Desse modo, criam-se novas formas de regulamentação social e ambiental, em que as obras e os empreendimentos geram impactos gigantescos e “mostram que processos que almejam a integração, em muitos casos, levam também à desintegração das condições e formas prévias de vida, trabalho e produção de riqueza” (GARCIA, 2011, p. 16) para aumentar o “controle de fontes de matéria-prima e energia, exportação de manufaturados e exportação de capitais.” (LIMA, 2018, p. 90), além do controle sobre os povos.

Para compreender mais e melhor como a IIRSA se desenvolve na escala local, utilizaremos o processo que se passa na Bolívia, mais especificamente pelas populações nativas do TIPNIS[17], território de conflitos perante os interesses dos povos indígenas, dos cocaleros[18] e da nova legislação aprovada pelo ex-presidente, Evo Morales, que permite a exploração de hidrocarbonetos em áreas protegidas (ACHTENBERG; CURRENTS, 2017). A questão emerge perante a construção da rodovia Villa Tunari–San Ignacio de Mojos, na região da Amazônia boliviana, para conectar os departamentos de Cochabamba e Beni, atravessando o TIPNIS ao meio (Figura 02) (ACHTENBERG; CURRENTS, 2017). A construção seria realizada pela construtora brasileira OAS, financiada pelo BNDES, e integraria o projeto do corredor bi oceânico da IIRSA. Nota-se que a região é habitada por povos originários Moxeño-Trinitário, Yurakaré y Chimané, dispostos em 64 comunidades e com algo em torno de 12 mil habitantes. Opondo-se ao projeto, as comunidades realizaram as primeiras mobilizações em agosto de 2011. Em 11 de agosto daquele ano, houve uma grande repressão das forças policiais contra as mobilizações dos indígenas que marchavam em direção a capital La Paz com 70 feridos. Perante a situação, o governo nacional cancelou a construção e decretou uma consulta prévia às comunidades. Em um processo turbulento, em que se alegou a falta de cumprimento de padrões internacionais na primeira consulta, realizou-se uma nova consulta e alegou-se que 30 comunidades rejeitavam a construção (ACHTENBERG; CURRENTS, 2017). Até os dias de hoje o conflito se estende e ainda não existem respostas claras para as comunidades, que se veem pressionadas por um governo que se dizia plurinacional e tem como base para a sua economia os hidrocarbonetos.

Isso posto, há de se refletir sobre os interesses ali presentes. Primeiro, dos povos nativos que querem manter suas condições prévias de vida. Segundo, dos cocaleros em ganhar território para

Figura 02: Mapa do TIPNIS. Fonte: Achtenberg e Currents (2017)

sua produção. Por último, das grandes empresas mineradoras, que buscam aumentar sua atuação e produção.



Considerações finais

Buscamos com o artigo visualizar como os projetos de integração regional e o subimperialismo se encaixam sob a perspectiva transescalar (VAINER, 2002) e as relações entre os agentes públicos e privados perante os planos de infraestrutura e as suas consequências. Na escala internacional, observamos como o capital internacional procurou adentrar o território sul-americano na intenção de adquirir vantagens econômicas, políticas e sociais ao ter o seu acesso facilitado a commodities e produtos primários de baixo valor agregado, aprofundando a acumulação por espoliação e reconvertendo valores de uso em valores de troca. Na escala regional, a emergência da IIRSA como projeto de integração infraestrutural reforça uma ideia economicista de interconexão, que não considera os diferentes tipos de vida que se desenvolvem no subcontinente, trazendo mais mazelas e desigualdades socioambientais. Além disso, o subimperialismo de ressaca do Brasil durante os governos petistas serviu para o crescimento das mega construtoras brasileiras por meio do crédito dado pelo BNDES aos custos do dinheiro dos contribuintes e das fragilidades socioambientais da

região e definiu o enraizamento do Brasil como potência regional que se aproveitou da IIRSA para desenvolver relações bilaterais com os outros países. É importante lembrar do ajuste espacial feito pelas empresas na busca por mais mais-valia.

Na escala nacional, visualizamos como os planos internos brasileiro de integração, vistos a partir do PAC, também serviram de pretexto para o crescimento das empreiteiras no território nacional e como, internamente, a IIRSA acabou sendo pouco conhecida. Também ressaltamos a relação íntima que Estado e capital possuem e como a adoção da política de *campeões nacionais* gerou uma série de instabilidades políticas e econômicas com o desenrolar da Operação Lava Jato no Brasil e com outras operações no Peru e no Equador, por exemplo. Por último, na escala local, a partir do que tem sido vivenciado pelas comunidades nativas do TIPNIS na Bolívia, descortinamos as consequências nefastas ao meio ambiente, aos modos de vida singulares que existem na região, aos conflitos e às tensões que existem perante a produção da IIRSA, aos povos nativos e tradicionais, às legislações ambientais e trabalhistas e às diferentes cosmovisões que são consideradas obstáculos e entraves para o desenvolvimento e o crescimento econômico que é adotado pela maioria dos países sul-americanos. Não podemos nos esquecer que todo esse processo esclarece o aprofundamento da acumulação por espoliação, do papel subalterno que o povo sul-americano tem na divisão internacional do trabalho, do aumento da dependência, das remoções, do desmatamento, da violência, do autoritarismo e das desigualdades socioambientais.

Notas

1. Acrônimo criado por Jim O’Neill em 2001 para o conjunto de países, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
2. Conselho de Segurança das Nações Unidas
3. Aqui nos referimos aos governos nacionais que tinham como presidente indivíduos do Partido dos Trabalhadores, respectivamente, nas gestões de 2003-2010 com Luís Inácio Lula da Silva e de 2011-2016 com Dilma Rousseff, tendo assim um governo petista que se inicia em 2003 até 2016. Salientamos que que houve diferenças entre tais gestões, mas argumentamos que certo padrão perante o subimperialismo ocorreu durante toda a gestão do PT frente ao executivo nacional.
4. Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana
5. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
6. Reprimarização consiste no retorno de um país que tinha uma economia mais industrializada para uma economia pautada na exportação de produtos primários. Não necessariamente este país deixou de exportar produtos industrializados, mas agora a sua matriz econômica pauta-se majoritariamente em produtos primários, ou seja, regressão de uma economia do segundo setor, para o primeiro setor. Tal conceito se aproxima, mas possui diferenças, com os de desindustrialização e “doença holandesa”.
7. Quando tratamos de commodificação neste texto, referimo-nos ao processo pelo qual um país tem a sua pauta econômica de exportação baseada em commodities, que são produtos primários com seu preço tabelado no mercado internacional, como a soja, os minérios e o café. Aqui, não adotamos a ideia de commodificação, que se encontra principalmente na literatura anglófona, ali, ela tem o sentido do processo de conversão em mercadoria de qualquer coisa
8. Entendemos como golpe de 2016 o processo de impeachment sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016 devido a supostas irregularidades contábilísticas e crime de responsabilidade fiscal, conhecidos como “pedaladas fiscais”. Enquanto alguns preferem tratar como um simples processo de impeachment, nós, aqui, reconhecemos o processo como amplamente anti-democrático e causador de diversas rupturas, institucionais, políticas e sociais que acabaram por

aprofundar mazelas sociais, econômicas e ambientais em todo o território nacional. Salientamos que a terminologia golpe, que é amplamente utilizada pela esquerda brasileira para tratar a questão, é repudiada por setores mais à direita, apesar da utilização do termo golpe ter acontecido recentemente por aquele que teria sido um dos maiores beneficiários e articuladores do processo, Michel Temer, ex-vice de Dilma e presidente do país entre 2016 e 2018, que no programa Roda Viva da TV Cultura tratou o impedimento como golpe duas vezes em sua fala. Fica evidente que, mesmo aquele que a época negou o golpe, acabou por aceitá-lo, mesmo que por ato falho.

9. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
10. Entendemos como mega construtoras brasileiras as empresas: Construtora Norberto Odebrecht, Queiroz Galvão, OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Correa.
11. As quatro maiores receptoras de recursos até 2015 em ordem decrescente seriam: Construtora Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Correa (FRANCISCANGELIS, 2015).
12. Eixo de Integração e Desenvolvimento
13. União das Nações Sul-Americanas
14. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
15. Programa de Aceleração do Crescimento
16. No lançamento do PAC, no complexo do Alemão, no Rio de Janeiro em 2008, Lula colocou Dilma Rousseff como a “mãe do PAC” (LIMA, 2008), o que nos faz pensar sobre a construção dela como futura presidenta e como que um governo acabou, de uma maneira ou de outra, sendo uma continuidade do outro.
17. Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure
18. Fazendeiros produtores da folha de coca, que vêm se expandindo pela fronteira sul do TIPNIS e que possuem forte ligação política e econômica com Evo Morales, sendo a sua base eleitoral.

Referências

ACHTENBERG, E.; CURRENTS, R.. Why is Evo Morales Reviving Bolivia's Controversial TIPNIS Road?. **NACLA**. 21/08/2017. Disponível em <https://nacla.org/blog/2017/08/22/why-evo-morales-reviving-bolivia%E2%80%99s-controversial-tipnis-road> Acesso de 07/05/2020

AMARAL, A. **Os grandes projetos de infraestrutura, com participação do Brasil, no país e na América do Sul: uma análise a partir da teoria do subimperialismo**. Dissertação (Mestre em Administração) – Escola de Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 163, 2013.

ALMEIDA, M. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. No. 1452. Texto para Discussão, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2009. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4988:td-1452-desafios-da-real-politica-industrial-brasileira-do-seculo-xxi&catid=272:2009&directory=1 Acesso em 05/03/2020

BOHM, Steffen; MISOCZKY, Maria; MOOG, Sandra. Greening Capitalism? A Marxist critique of carbon markets. **Organization Studies**, v. 33, n. 11, p. 1617-1638, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0170840612463326> Acesso em 02/03/2020

BOND, P. Sub-imperialism as lubricant of neoliberalism: South African 'deputy sheriff'duty within BRICS. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 2, p. 251-270, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1080/01436597.2013.775783> Acesso em 05/04/2020

BORGES, F. ; AYMARA, S.. A presença de construtoras brasileiras no Peru nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): aproximações e conflitos. **PAIAGUÁS: revista de estudos sobre a Amazônia e Pacífico**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpaiaguas/article/view/1010> Acesso em 07/10/2019

BNDES. Aqui tem transparência para você. **BNDES**. Disponível em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/maiores-clientes/!ut/p/z1/tZPNcpswFIWfJQuWsi5B2NAdThw7ASdpM_6BTUZgYdQaiUiyafR0FU4WTP2608IEG0Z3rs75DrrCGV7iTNAdX1PDpaAbu0-z_mMSxqMJuYNk_A1ciPz4Kppfxl4AgBf7BvjLigBnh-fBu7-CaJK4MzldwnlM8BxnOCuEuYF01ysmH7kQhtutsWewIFK1swBo6jQ

DVVMFJw6UEihtxtDUckF7Uo1E0ZqB2rKpWlaFRtuK0x38k3BVz glZMUgGOSoLMM-lv6AoNxnOfLzkJE-XdGw6L_GOZE3O5120fk dKtxdeyOb-CLxySh2x6H32nBCI7UMgwOG-1v7z_yvQxiPiEtcC7n jrMUzIVVtr-jhPyNOjh3mw0ulkuuHZDwDL3DdDzr8I4D_ufKDD8r fvL3A4xGwb4J_f3rKlju40s7YT4OXnzG51udcTS-ma4tPTYW4KCV eHrVZ3vVG5i-PNRK5F9gDipVMMdXbKluujGn0FwccaNu2t0ftre Wulytbaax1I5XpgDU37F3s96QrqW3wPxVxU8_qwHtGP8rpyCPpz e7X8BZ1n4QtUJY_t9HZ2W8WgTY3/dz/d5/L2dBISevZ0FBIS9nQ SEh/

CAMPOS, P. H. P. A. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. **Tensões mundiais world tensions**, v. 10, n. 18-19, 2014.

CAMPOS, P. H. P. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. *In: III Conferência Internacional de História Econômica e V Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*, 2010, Brasília. **Anais da III Conferência Internacional de História Econômica e V Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**, 2010. p. 1-32.

COSIPLAN. Informe de la Cartera de Proyectos del COSIPLAN 2017. **COSIPLAN**. Publicado em 28/12/2017 Disponível em <https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2017.html> Acesso em 13/04/2020

FRANCISCANGELIS, S. **A internacionalização das grandes empresas brasileiras e a política de apoio do BNDES**. Unicamp – Campinas/SP. 2015

GARCIA, A. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

GARCIA, A. **BNDES e a expansão internacional de empresas com sede no Brasil**. Outubro de, 2011. Disponível em <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/10/bndes-e-a-expansao-internacional-de-empresas-com-sede-no-brasil.pdf> Acesso em 10/10/2019

GUIMARÃES, Sergio *et al.* A internacionalização do BNDES. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, n. 42, p. 47-91, 2014. Aires, CLACSO, 2005. Disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3321/1/RB%2042%20A%20>

internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20BNDES_P.pdf
Acesso em 02/12/2019

HARVEY, D. **Produção Capitalista Do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Trad. Carlos Szlak.

HARVEY, D. **Novo imperialismo (O)**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Trad. Adail Sobral; Maria Estela Gonçalves.

HONÓRIO, K. **O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000- 2012)**: um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil. Dissertação de Defesa 109 ao Mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), 2013.

LEAL, D. **HENRY FORD ENTRE A CASA-GRANDE E O CHÃO DA FÁBRICA**. Trabalho de conclusão de curso. USP. 2015

LIMA, Kelly. Dilma é a ‘mãe’ do PAC, diz Lula em morro do Rio. **O Estado de São Paulo**. 08 de março de 2008. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-a-mae-do-pac-diz-lula-emmorro-do-rio,136437> Acesso em 12/06/2019

LIMA, R. **A integração regional em infraestrutura da IIRSA e os capitais do BNDES nos governos Lula da Silva 2003-2010**: subimperialismo do neodesenvolvimentismo brasileiro / Rafael Teixeira de Lima. - Foz do Iguaçu, 2018.

LIMA, R. Entre o imperialismo e o subimperialismo: a projeção brasileira à Bolívia e ao Peru nos governos Lula da Silva (2003-2010). **Rebela**, v. 6, n. 3, 2016. Disponível em <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2597> Acesso em 26/12/2019

LUCE, M. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo. **Tensões mundiais**, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v10i18,19.471> Acesso em 02/05/2020

LUCE, M. **A Teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini**: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História. Porto Alegre, 2011.

LUCE, M. **O Subimperialismo brasileiro revisitado**: a política de integração regional do governo Lula (2003 – 2007). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución**. México, Siglo XXI, 1974. 5 Edição corregida y ampliada.

NEVES, B. Política externa brasileira, BNDES e a integração da infraestrutura sul-americana: uma análise da IIRSA/Cosiplan (2000-2017). **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 7, n. 14, p. 312-351, 2018. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9134> Acesso em 19/04/2020

OLIVEIRA, D.; GONÇALVES, C.; RAMOS FILHO, E.. Problematizando a Integração Regional: As conexões entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)– Brasil. **Revista IDeAS**, 2013. Disponível em <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/124> Acesso em 10/04/2020

OLIVEIRA, G. Z.; SILVEIRA, I. L. De Lula a Dilma: mudança ou continuidade na Política Externa Brasileira para a América do Sul. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 6, p. 134- 159, 2015.

PESSANHA, S. **A produção desigual do espaço sul-americano**: iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA). Dissertação (Mestre em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP, p. 157, 2018. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/167574/pessanha_se_me_rcla.pdf?sequence=5&isAllowed=y Acesso em 10/05/2020

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. **Cadernos IPPUR**, v. 15, n. 2, p. 13-32, 2002. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/281/91> Acesso em 01/11/2019

VERDUM, R. (Org.) **Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais**. Brasília: INESC, 2007.

***Matheus Teixeira Barreto** é Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC/UFMG e Bolsista CNPq - Bacharel em Geografia pela UFMG, professor, educador popular e mochileiro. E-mail: mixabarreto@gmail.com